



“BRASIL - DO CABURÁ AO CHUÍ”
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO VEREADOR PROF. DR. THIAGO REIS

PARECER DO RELATOR

NOS TERMOS DO ART. 49, INCISO VI, DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA LEGISLATIVA, PASSO A EMITIR O PARECER DO RELATOR DESTA COMISSÃO PERMANENTE, SOBRE O PROJETO DE LEI N.º 299/2025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025 – DE AUTORIA DO VEREADOR ROBERTO FRANCO – QUE “DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A “ASSOCIAÇÃO MÉDICA MAIS MÉDICOS DO BRASIL – AMMMB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I – RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei de autoria o vereador Roberto Franco tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Médica Mais Médicos do Brasil – AMMMB, entidade de caráter filantrópico que atua na promoção da saúde, educação sanitária e assistência social, com reconhecida relevância nas ações voltadas ao bem-estar coletivo.

A proposição foi encaminhada às comissões competentes para análise, tendo recebido parecer favorável da Procuradoria da Câmara Municipal, que reconheceu a constitucionalidade formal e material do projeto, por não implicar criação de despesas, cargos ou funções, tampouco interferir na estrutura administrativa do Poder Executivo.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e Legislação Participativa igualmente manifestou-se pela regularidade jurídica da matéria, ressaltando que o projeto se encontra dentro dos limites da competência legislativa municipal e que o reconhecimento de utilidade pública configura ato de natureza honorífica e política, compatível com o papel do Legislativo.

Assim, a matéria chega a esta Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Assistência Social para exame do mérito, considerando o impacto e a relevância social da atuação da entidade no âmbito das políticas públicas de saúde e assistência.



**“BRASIL - DO CABURÁÍ AO CHUÍ”
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO VEREADOR PROF. DR. THIAGO REIS**

II – DA COMPETÊNCIA DESTA COMISSÃO

Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Boa Vista, compete a esta Comissão opinar sobre proposições e matérias que envolvam saúde pública, assistência social e questões ambientais, bem como sobre aquelas que contribuam para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao bem-estar coletivo e à melhoria da qualidade de vida da população.

Considerando que a Associação Médica Mais Médicos do Brasil – AMMMB atua em áreas que se enquadram diretamente nesses eixos — notadamente na promoção da saúde, educação sanitária e assistência social —, é indiscutível a pertinência temática da análise por esta Comissão.

III – DA ANÁLISE DO MÉRITO

O reconhecimento de utilidade pública a entidades de caráter filantrópico e social representa importante instrumento de valorização das iniciativas da sociedade civil que colaboram com o poder público na execução de políticas de interesse coletivo.

A Associação Médica Mais Médicos do Brasil – AMMMB tem se destacado pela sua atuação voltada à promoção da saúde e assistência médica a populações vulneráveis, fortalecendo ações de prevenção, capacitação profissional e campanhas educativas de caráter público e social. Tais atividades complementam os esforços do Sistema Único de Saúde (SUS) e reforçam a rede de proteção social do município.

O reconhecimento legislativo proposto é, portanto, coerente e oportuno, na medida em que valoriza e legitima uma entidade que desempenha papel relevante na saúde pública e na promoção da dignidade humana.

Além disso, conforme destacado pela Procuradoria e pela Comissão de Legislação, o projeto não cria encargos ou despesas para o erário municipal, nem altera a estrutura administrativa, o que o torna plenamente compatível com os princípios da legalidade, separação dos poderes e autonomia municipal.



**“BRASIL - DO CABURÁÍ AO CHUÍ”
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA
GABINETE DO VEREADOR PROF. DR. THIAGO REIS**

Assim, do ponto de vista social e institucional, a proposição revela-se meritória, contribuindo para o fortalecimento da cooperação entre o poder público e a sociedade civil organizada, em consonância com os princípios constitucionais da função social das instituições e da promoção do bem-estar coletivo.

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta relatoria manifesta-se favorável à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 299/2025, considerando sua legalidade, constitucionalidade e relevância social.

Boa Vista/RR, 12 de novembro de 2025



**PROF. DR. THIAGO REIS
RELATOR**
